



OBSERVATÓRIO DO
FUTURO

Núcleo de Monitoramento dos ODS



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



Apresentação

Em 2015 os países-membros da ONU (Organização das Nações Unidas) se reuniram para discutir o futuro do planeta e formas de promover paz e prosperidade para todos. Desse encontro, surgiram um plano de ação e um conjunto de metas, sintetizados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Tribunal de Contas de São Paulo (TCESP), como órgão de controle externo e ferramenta indispensável para o exercício da cidadania, neste momento se junta a esse esforço global pelo bem comum, aperfeiçoando a busca pela efetividade das políticas públicas e incentivando o desenvolvimento sustentável nas cidades e no Estado.

Com isso, à nossa missão de garantir o uso adequado e transparente dos recursos originários dos impostos agora se soma a tarefa de estimular ações e investimentos governamentais alinhados com os ODS. Porque o futuro que queremos depende de todos nós.



Índice

O TCESP e a Agenda 2030	4
O que são os ODS?	5
Por que todos devem se envolver?	6
A importância dos governos	7
O papel do TCESP	8
Os Agentes da Fiscalização	9
O Observatório do Futuro	10
Os indicadores do TCESP e os ODS	11

O TCESP e a Agenda



O que é a Agenda 2030?

Trata-se da nova agenda global para o desenvolvimento sustentável, adotada em 2015 pelos 193 países-membros da ONU (Organização das Nações Unidas). Em vigor desde 1º de janeiro de 2016, o pacto deve ser implementado até 2030.

O plano propõe uma ação mundial

em busca de paz e prosperidade para as pessoas e para o planeta. Sucessora dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a Agenda 2030 representa um acordo sem precedentes em torno do desenvolvimento sustentável, o que exigirá uma parceria global e a atuação coordenada entre governos, setor privado e sociedade civil.

O que são os ODS?

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o caminho proposto para a efetivação da Agenda 2030. Com 17 objetivos e 169 metas, os ODS estão fundamentados nos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente.

O cumprimento desta agenda é tarefa extremamente desafiadora. Abrange questões que vão da erradicação da pobreza ao consumo responsável, passando pela igualdade de gênero, saúde pública, educação, pelo combate às mu-

danças no clima e o fortalecimento das instituições democráticas.

Para o sucesso de um projeto tão ambicioso, é imprescindível que cada país estabeleça estratégias, políticas, planos e programas consistentes com cada uma das metas e que a evolução do processo de implementação seja regularmente monitorada.

O tempo é curto e o desafio, enorme, já que os ODS devem ser cumpridos até 31 de dezembro de 2030. A hora de nos comprometermos, portanto, é agora.





Por que todos devem se envolver?

Uma tarefa como essa é um desafio inédito e exige engajamento. Só haverá evolução real se as três esferas de poder, o setor privado e a sociedade civil atuarem de forma integrada. E todos têm responsabilidades para garantir a sustentabilidade do pro-

cesso de desenvolvimento do país.

Além disso, essa não se trata de uma agenda nova. São novas apenas as perspectivas e formas de estimular, organizar e mensurar os avanços necessários para a superação dos problemas históricos do desenvolvimento no Brasil e no mundo.

A importância dos governos locais e estaduais

Os ODS são um importante mecanismo de planejamento, disponibilizando aos governos - sob o ponto de vista da sustentabilidade - caminhos, parâmetros, metas e indicadores para questões públicas complexas.

É uma agenda de Estado que oferece às administrações diretrizes para ações estruturadas e de longo prazo. Dessa forma, é possível orientar esforços para resultados mais efetivos e com o olhar diferenciado que o desenvolvimento sustentável requer.

Os governos locais, em especial, de-

sempenham um papel importante na implementação dos ODS porque são responsáveis pela elaboração e gestão de políticas públicas que geram impacto direto na vida dos cidadãos e também nas metas estabelecidas pela ONU.

Já os governos estaduais podem atuar como facilitadores desse processo, criando leis e transferindo recursos para auxiliar as Prefeituras na busca de soluções para o cumprimento da Agenda 2030. É essencial, portanto, que as duas esferas do Poder Executivo adotem os ODS como referência para o planejamento de ações públicas.





O Tribunal de Contas

O papel do TCESP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) é um órgão que atua na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus municípios (exceto a capital), auditando a administração direta, indireta, fundações e entidades instituídas ou mantidas pelos governos.

A missão do TCESP, porém, é mais abrangente, já que suas ações têm como objetivo garantir o uso adequado e transparente dos recursos públicos. Trabalhar em benefício da sociedade, monitorando a eficiência e a efetividade dos órgãos fiscalizados, é a principal diretriz de atuação da Corte.

Como a implementação dos ODS

demandam esforços conjuntos entre os diversos atores públicos e privados, cabe ao Tribunal propor uma abordagem mais compreensiva e integrada dos problemas estruturais e conjunturais a serem enfrentados para o sucesso da Agenda 2030.

Apoiar a governança e o desenvolvimento sustentável também é essencial para que as metas acordadas internacionalmente possam ser cumpridas. O controle externo deve fazer parte desse processo, orientando as autoridades para a tomada de decisões mais conscientes e incentivando a inclusão dos ODS no planejamento dos governos do Estado e dos municípios.



Os Agentes da Fiscalização

Os fiscais do TCESP são encarregados da primeira análise sobre o uso dos recursos públicos. Verificam questões ligadas à legalidade, legitimidade e economicidade, observando sempre a eficiência e a efetividade das políticas.

“As metas estipuladas pelas gestões foram atingidas?” “A qualidade de vida dos cidadãos melhorou?” “Os recursos foram bem direcionados?”. Esses são apenas alguns dos questionamentos feitos pelos agentes.

A partir da análise dessas in-

formações, técnicos, Auditores e Conselheiros do TCESP podem avaliar a qualidade do gasto de governos e entidades públicas, o que contribui para o aperfeiçoamento da democracia e possibilita a busca pelo bem comum.

Nesse contexto, os ODS agora passam a fazer parte da lista de itens checados pelos auditores durante as fiscalizações. Obviamente, sem suplantando as regras constitucionais e legais que regem a administração pública.



O observatório do Futuro

O Tribunal de Contas e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, braço da ONU responsável pelos ODS) firmaram, em 2017, um memorando de entendimentos para facilitar a colaboração e a troca de informações entre os dois órgãos.

Fruto dessa parceria, o Observatório do Futuro foi criado para

auxiliar o Estado e as Prefeituras na implementação da Agenda 2030 e também para acompanhar a evolução desse processo nos dois níveis de governo.

Para isso, o núcleo de monitoramento dos ODS desenvolverá estudos e atividades de capacitação de servidores, colaborando ainda na sistematização e divulgação de dados e de boas práticas.

Indicadores do TCESP e os ODS

Desde 2015, o Tribunal de Contas vem criando indicadores para avaliar o resultado das políticas públicas e o real impacto dessas iniciativas na vida dos cidadãos.

O IEG-M (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) e o IEG-E (Índice de Efetividade da Gestão Estadual) medem a eficiência das Prefeituras e do Governo do Estado a partir da análise de quesitos sobre educação, saúde, gestão fiscal, defesa civil, planejamento, meio ambiente, tecnologia da informação e segurança pública.

Assim como os ODS, esses indicadores são ferramentas que podem auxiliar os administradores no planeja-

mento da gestão e instrumentos que refletem a eficiência e a efetividade dos governos. Por isso, representam também um mecanismo de transformação e de desenvolvimento social.

A convergência entre os índices e os objetivos da Agenda 2030 é enorme. Dos 17 ODS internacionalmente definidos, 9 estão no IEG-M. Além disso, outros 31 quesitos abordam assuntos diretamente ligados às metas estabelecidas pelo pacto. Diante dessa afinidade, o indicador será usado como ferramenta oficial da ONU para o monitoramento da evolução da Agenda 2030 em todo o Estado de São Paulo.



Ano de criação: 2015

Objetivo: Mede a eficiência das políticas públicas nas prefeituras paulistas.

Áreas analisadas: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Proteção aos Cidadãos e Governança de Tecnologia da Informação.

Abrangência: 644 cidades (exceto capital)



Ano de criação: 2017

Objetivo: Mede a eficiência das políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo.

Áreas analisadas: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal e Segurança Pública.

Abrangência: Estado de São Paulo



OBSERVATÓRIO DO FUTURO

www.tce.sp.gov.br/observatorio

A P O I O :



agendapública

agência de análise e cooperação
em políticas públicas



TCE SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

Presidente

Sidney Estanislau Beraldo

Vice-Presidente

Renato Martins Costa

Corregedor

Antonio Roque Citadini

Conselheiros

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Dimas Eduardo Ramalho

Contato

Avenida Rangel Pestana, 315

Prédio Sede - 7º andar

Centro - São Paulo/SP

CEP - 01017-906

(11) 3292.3266

www.tce.sp.gov.br

2018